



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco 173
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

| | |
|----------------------------|--|
| HABEAS CORPUS: | Nº 0203989-2 |
| COMARCA: | SERRA TALHADA |
| VARA: | CRIMINAL |
| IMPETRANTE: | VINICIUS NUNES NOVAES |
| PACIENTE: | IVONALDO MANOEL DE MELO |
| RELATOR: | DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO |
| RELATOR SUBSTITUTO: | DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO |
| ÓRGÃO JULGADOR: | TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL |
| PROCURADORA: | DRA. MARIA HELENA DA FONTE (CONVOCADA) |

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E TENTATIVA. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. RAZOABILIDADE. LAPSO TEMPORAL JUSTIFICADO. INSTRUÇÃO FINDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE.

I - Não obstante a instrução processual tenha ultrapassado o prazo de 81 dias, o processo tem desenvolvimento regular, e ressalte-se que o feito encontra-se com a instrução processual concluída, não havendo, portanto, que se falar em qualquer constrangimento ilegal à liberdade do Paciente.

II – Coação ilegal inexistente. Ordem denegada à unanimidade

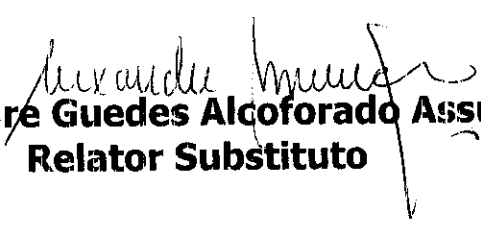
ACÓRDÃO.

174



Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0203989-2, no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem, oficiando-se à autoridade apontada como coatora, para que profira sentença com brevidade**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



175



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

| | |
|----------------------------|--|
| HABEAS CORPUS: | Nº 0203989-2 |
| COMARCA: | SERRA TALHADA |
| VARA: | CRIMINAL |
| IMPETRANTE: | VINICIUS NUNES NOVAES |
| PACIENTE: | IVONALDO MANOEL DE MELO |
| RELATOR: | DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO |
| RELATOR SUBSTITUTO: | DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO |
| ÓRGÃO JULGADOR: | TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL |
| PROCURADORA: | DRA. MARIA HELENA DA FONTE (CONVOCADA) |

RELATÓRIO

O advogado **Vinicius Nunes Novaes** impetra *habeas corpus* na modalidade liberatório, com pedido de liminar, em favor do Paciente **Ivonaldo Manoel de Melo**, qualificado nos presentes autos, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada, em face do processo nº 238.2007.000775-0.

Alega o impetrante que a prisão do Paciente configura constrangimento ilegal, ante a ocorrência de excesso de prazo para conclusão da instrução criminal na Ação Penal que responde, ensejando o relaxamento da prisão processual a que ele se submete.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls.13/14**.


Informações da Exm^a. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada, às **fls. 20/21**.

A ilustre Procuradoria de Justiça em matéria criminal opina às **fls. 25**, pela denegação da ordem, posto que, não configurado nenhum constrangimento ilegal.

É o relatório.

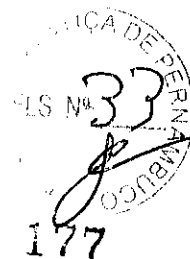
176

Recife, de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



| | |
|----------------------------|--|
| HABEAS CORPUS: | Nº 0203989-2 |
| COMARCA: | SERRA TALHADA |
| VARA: | CRIMINAL |
| IMPETRANTE: | VINICIUS NUNES NOVAES |
| PACIENTE: | IVONALDO MANOEL DE MELO |
| RELATOR: | DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO |
| RELATOR SUBSTITUTO: | DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO |
| | ASSUNÇÃO |
| ÓRGÃO JULGADOR: | TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL |
| PROCURADORA: | DRA. MARIA HELENA DA FONTE |
| | (CONVOCADA) |

VOTO

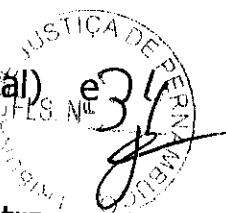
Como relatado, o impetrante sustenta a ilegalidade da prisão do Paciente sob o fundamento de excesso de prazo para o término da instrução criminal.

Depreende-se do exame do acervo documental constante dos autos, sobretudo pelas informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, às **fls. 20/21**, que o Paciente, **Ivonaldo Manoel de Melo**, juntamente com outro corréu, foi denunciado por homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos II e IV, do CPB) e também por tentativa (art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 14, inciso II c/c ainda o art. 29, todos do CPB), pelo fato ocorrido na madrugada do dia 20/01/2007, tendo como

M

vítimas Cristóteles Wagner Vasconcelos Pereira (vítima fatal),
Cristófanos Vasconcelos Pereira (lesada gravemente).

178



Aduz, ainda, a Magistrada *a quo* que o processo encontra-se com a instrução concluída desde 14/05/2009, tendo o Ministério Público em suas alegações finais requerido a pronúncia do Paciente, enquanto que a defesa pugnou pela absolvição.

Atualmente, pelo acompanhamento processual disponibilizado por este Egrégio Tribunal de Justiça – Judwin, verifica-se que o processo encontra-se concluso para sentença (15/10/2009).

Pois bem.

A análise perfunctória do andamento processual em que o Paciente é réu demonstra que, não obstante tenha sido ultrapassado o prazo de 81 dias, não há excesso de prazo capaz de caracterizar constrangimento ilegal à sua liberdade. Ademais, o referido prazo não é peremptório e não induz, *per se*, a decretação da liberdade do Paciente.

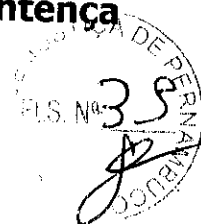
Assim, não obstante se constate que há dilação no prazo de encerramento da instrução, observa-se que, ao contrário do afirmado pelo Paciente no seu petitório inicial, o processo vem tendo regular desenvolvimento, na esteira do que impõe o princípio da razoabilidade e, registre-se que, não há que se falar em excesso de prazo, haja vista que já foi encerrada a instrução processual, estando o feito apto a ser julgado.

Ante as considerações expostas, as quais tenho como elementos para a minha convicção, entendo não haver qualquer constrangimento ilegal justificador da concessão do *Habeas Corpus*, pelo que **esta relatoria vota denegando a ordem, oficiando-se à**

autoridade apontada como coatora, para que profira sentença com brevidade.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

179



Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto